



7º Encontro Internacional de Política Social
14º Encontro Nacional de Política Social
Contrarreformas ou Revolução:
respostas ao capitalismo em crise
Vitória (ES, Brasil), 03- a 06 de junho de 2019

Eixo 9 - Serviço social: fundamentos, formação e trabalho profissional

As aproximações a Gramsci no Serviço Social nos anos 1970

Resumo

Esse artigo apresenta um mapeamento das primeiras aproximações ao pensamento de Antônio Gramsci no Serviço Social brasileiro. Delimita a análise no quadro teórico da profissão entre as décadas de 1970 e 1980. As fontes de dados consistiram de materiais bibliográficos reunindo as primeiras obras com remissões ao autor italiano, e estudos históricos sobre o momento político e econômico brasileiro que condicionaram tal aproximação. O texto se divide em introdução, contexto histórico, mapeamento das primeiras aproximações ao pensamento de Gramsci e considerações finais. Espera-se que esse artigo contribua para o estudo sobre o quadro teórico do Serviço Social e seus fundamentos.

Palavras-chave: Serviço Social; Antônio Gramsci; Teoria social.

The approximations to Gramsci in Social Service in the years 1970

Abstract:

This article presents a mapping of the first approximations to Antônio Gramsci's thinking in the Brazilian Social Service. It delimits the analysis in the theoretical framework of the profession between the decades of 1970 and 1980. The sources of data consisted of bibliographical materials gathering the first works with references to the Italian author, and historical studies about the Brazilian political and economic moment that conditioned such an approximation. The text is divided into an introduction, historical context, a mapping of the first approximations to Gramsci's thinking and final considerations. It is hoped that this article will contribute to the deepening of the study on the theoretical framework of Social Service and its foundations.

Keywords: Social Service; Antônio Gramsci; Social Theory.

1. Introdução

Esse texto realiza um mapeamento das primeiras aproximações ao pensamento de Gramsci no quadro teórico do Serviço Social brasileiro, ocorridas entre finais de 1970 e início de 1980. Analisa os condicionamentos históricos dessas primeiras aproximações, caracterizando os principais polos por onde ocorreu o processo de assimilação. Partimos do levantamento já realizado pela pesquisa de Simionatto (1999). Porém, a abordagem da autora sugere que a assimilação de Gramsci pelo Serviço Social iniciou centralizada em alguns protagonistas individuais, aos quais, com o tempo, se teriam agregando outros interlocutores. Contudo, assumimos a perspectiva

de que tal processo operou de forma *policêntrica (ou multicêntrica)*.¹ Ou seja, operou, simultaneamente, a partir do início de 1980, através de uma diversidade de protagonistas, em diferentes posições teórico-políticas do espectro do processo renovador do Serviço Social brasileiro. Estes protagonistas consistiam polos da assimilação de Gramsci na profissão que, inclusive, se influenciavam reciprocamente em algumas ocasiões. Para compreender esse movimento, localizamos as primeiras obras que remetem a Gramsci na área do Serviço Social, através de uma pesquisa bibliográfica em livros, teses e periódicos. O texto está estruturado em tópicos, nos quais são abordados o contexto histórico do Brasil na fase da Ditadura Militar (1964-1975), considerando o momento político e econômico, os impactos diretos para o Serviço Social brasileiro, o a *diversidade teórico-política* dos polos por onde desaguou inicialmente a elaboração gramsciana, além das conclusões obtidas.

2. Panorama político-econômico do Brasil nos anos 1970-1980

A *diversidade teórico-política* dos polos por onde desaguou inicialmente a elaboração gramsciana do quadro teórico do Serviço Social brasileiro não se explica nos limites da sua diferenciação interna. Os motivos pelos quais protagonistas de posições contratantes dentro da profissão fossem impelidos para pensamento gramsciano encontram-se no acirramento das contradições econômicas e políticas do ciclo ditatorial no seu estágio de crise. Contradições que dinamizavam a profissão, colocando-a no sentido de vocalizar os anseios dos movimentos operário e popular em ebulição, e requisitando referenciais teóricos críticos, inclusive dentro da tradição marxista. Por isso, trataremos inicialmente dessas contradições econômicas e políticas próprias do regime ditatorial no seu estágio de crise.

A América Latina foi um dos principais territórios a sofrer mudanças nos anos de disputa ideológica da Guerra Fria (1947-1991). A influência imperialista pautou os conflitos, e gerou mudanças políticas, sociais e econômicas nesses países. A partir

¹Simionatto (1999, p. 188, nota) informa ser Faleiros (1976), na publicação de *Trabalho Social – ideologia e método*, de 1972, quem teria pioneiramente apropriado Gramsci no âmbito do Serviço Social. Porém, a presença de Gramsci naquela obra foi tão modesta (tratando-se mesmo de uma remissão pontual, alusiva e imprecisa) que assumiu um significado meramente simbólico, e não teórico-analítico para o Serviço Social (ver FALEIROS, 1976, p. 33). Apenas na edição revisada e ampliada, já em 1981 do livro de Faleiros (2011), é que Gramsci comparece com alguma densidade, porém nessa data vários interlocutores da área do Serviço Social já haviam iniciado também a assimilação Gramsci nos seus referenciais, como se verá nesse artigo.

dos anos 1960, essa disputa se intensificou com a série de intervenções militares sofridas no continente. As articulações do governo norte-americano com a burguesia e setores militares dos países latino-americanos pretendiam barrar a possível influência que um movimento como a Revolução Cubana (1953-1959) causaria nesses territórios. Os regimes militares foram caracterizados pela repressão a setores da oposição, e por um projeto econômico pró-imperialista com a intenção de concretizar definitivamente o modo de produção capitalista nesses países periféricos – destacadamente seu estágio monopolista. No Brasil, essa dinâmica começou a se desenvolver a partir do Golpe de 1964, quando forças militares depuseram o governo João Goulart (1961-1964). A partir desse momento, o país enfrentou mudanças em diversos setores, principalmente a criação de uma nova estrutura estatal, afim de favorecer os interesses do capital estrangeiro e nacional.

Na segunda metade dos anos 1960, tal projeto, com claro conteúdo *contrarrevolucionário*, ainda encontrava dificuldades em legitimar-se diante da população e de pôr em prática sua agenda econômico-social modernizadora e pró-imperialista. Ao mesmo tempo, a oposição se mobilizava, a chamada *Frente Ampla*² tinha o intuito de romper com o pacto imposto entre as forças militares e a burguesia nacional e estrangeira. Com o avanço dessas forças contrárias, o regime adota uma *nova ordem* que se configurava em políticas de militarização do Estado e da sociedade, a fim de criar as próprias estruturas estatais para integrar os interesses do capital monopolista ao aparato governamental. O modelo econômico adotado tinha forte intervenção do Estado, principalmente em setores pouco lucrativos, e uma política contínua de abertura ao capital estrangeiro. As condições para sua efetivação são iniciadas com uma série de reformas promovidas a partir de 1964, e com a criação do *Programa de Ação Econômica do Governo* (PAEG). Tal modelo consolidou o processo de acumulação capitalista no país, principalmente pela via do tripé *empresas estatais, grandes capitais estrangeiros e nacionais*. Além das mudanças nas estruturas institucionais, como a reforma tributária³ e mudanças no sistema bancário. Outros direcionamentos adotados pela política econômica foram: o arrocho salarial; a concentração de riqueza e o direcionamento da produção agroindustrial para o mercado externo (NETTO, 2014).

²Essa frente foi uma reação da oposição que politizou o descontentamento popular com o governo ditatorial. Há uma conjunção dos movimentos estudantil e operário/sindical.

³A reforma ampliou a massa de arrecadação e outras mudanças centralizaram recursos de enorme magnitude nas mãos do Executivo federal, conferindo a este um potencial de financiamento crescente através do então *Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico* (BNDE).

Essa *nova ordem* direcionava seus esforços para a valorização da eficácia das políticas do regime ditatorial, principalmente as de desenvolvimento econômico, e passou a adotar medidas mais agressivas para lidar com as forças opositoras. O que fora até então uma ditadura reacionária “[...] converte-se num regime político de nítidas características fascistas” (NETTO, 2011, p. 38). Nos anos seguintes, com o apogeu do “milagre econômico”, o regime não tinha uma oposição legal forte para confrontá-la; as sucessíveis derrotas do Movimento Democrático Brasileiro (MDB) nas eleições indiretas, e mesmo nas eleições de 1970 para o Congresso Nacional, foram fruto da repressão e do clima de terrorismo imposto. Com a oposição guerrilheira, o regime não fora diplomático. Os setores de esquerda foram massacrados, dirigentes de partidos foram torturados e mortos, e muitas de suas vítimas jamais foram encontradas. A estratégia do regime era “[...] liquidar as direções de esquerda de maior consistência ideológica e mais fortes em termos de organização partidária” (NETTO, 2014, p. 164).

O frágil consenso conquistado pelo “milagre econômico”, no entanto, não durou muito, e teve seu fim impulsionado por uma série de crises estruturais do capital no mundo, a partir de 1973, abrindo o processo de colapso do próprio regime autocrático burguês. O abalo principal para deflagração da crise está no chamado *primeiro choque do petróleo*⁴, que resultou na mudança de toda a dinâmica do sistema – e implicou na chamada “crise do milagre”. Geisel conseguiu evitar que a crise culminasse numa recessão com o II PND, o qual travou a redução do crescimento econômico, marcando assim o fim do “milagre”. Com a estagnação do crescimento econômico, o regime passa a ser pressionado pela sociedade e setores progressistas a uma abertura democrática. Assim, o alto escalão do governo articulou estratégias para que o aparato estatal constituído desde o Golpe de abril permanecesse. Isto se deu pelo *projeto de autorreforma*, o qual visava à manutenção de um sistema econômico-social e político a serviço dos monopólios (NETTO, 2011).

A partir de 1970, constitui-se na massa da classe trabalhadora um novo proletariado, definido por Netto (2014, p. 200) como “[...] produto do próprio desenvolvimento das forças produtivas gestado pelo regime ditatorial”, trazendo estratégias combativas que o regime desconhecia até então. Tal articulação mostrava um desenvolvimento de consciência coletiva, e se dispôs a enfrentar as políticas salarial e

⁴Em 1973, o preço do barril de petróleo aumentou o triplo em semanas, devido a uma decisão da *Organização dos Países Produtores de Petróleo* (OPEP). Esse foi um dos fenômenos detonadores da crise econômica. (ver NETTO, 2014, p. 187).

trabalhista que vigoravam na época. A reinserção da classe operária no cenário político foi fator crucial na derrocada do regime, sendo um de seus maiores obstáculos no período de “distensão”. Desde o final dos anos 1960, o número de organizações clandestinas de esquerda começou a crescer, além das articulações dos trabalhadores em vários setores que ganharam novo fôlego, chegando ao principal marco durante as greves do ABC paulista (1978-1980). Isso demarca o momento de radicalização dos setores democráticos, que, juntos ao proletariado urbano, pressionaram o regime a formular concessões e negociações acerca da postura repressiva do Estado.

3. Serviço Social e as primeiras aproximações ao pensamento de Gramsci

No interior desse quadro político e econômico, o Serviço Social tradicional⁵ passa a sofrer desgastes, condicionados por um movimento internacional de mudanças econômico-sociais, políticas e ideoculturais pelas quais os países latino-americanos passavam. Contribuíram para isso o esfacelamento do padrão de desenvolvimento capitalista e a mobilização das classes operárias e subalternas em favor de seus interesses. Havia também todo questionamento da base teórico-metodológico que formava a profissão: a mudança de paradigmas dentro das ciências sociais impactou diretamente o quadro teórico do Serviço Social. Netto (2011), no entanto, destaca que esse processo não se restringiu ao Serviço Social, operando em todo aporte institucionalizado que tinha como foco a reprodução das relações sociais.

A relação entre a autocracia burguesa e o a renovação do Serviço Social é complexa, já que o regime contribuiu para a validação profissional, e ao mesmo tempo para o desgaste dos seus aportes tradicionais. Contudo, tais ações apontaram para uma ponderável reformulação do Serviço Social, justamente pela instauração de *novas condições* de trabalho (NETTO, 2011). A reestruturação do Estado, e as modificações que o regime autocrático burguês gerou na sociedade, contribuíram – mesmo que não intencionalmente – para a erosão das práticas profissionais e bases teórico-metodológicas do Serviço Social. Um novo padrão de exigências passou a demandar

⁵ Netto entende que por “Serviço Social 'tradicional'” deve entender-se a “[...] prática empirista, reiterativa, paliativa e burocratizada que os agentes realizavam *efetivamente* na América Latina. Evidentemente, há um nexo essencial entre ambos: parametra-os uma ética liberal-burguesa e sua teologia consiste na correção - numa ótica claramente funcionalista – de resultantes psicossociais considerados negativos ou indesejáveis, sobre o substrato de uma concepção (aberta ou velada) idealista e/ou mecanicista da dinâmica social, sempre pressuposta a ordenação capitalista da vida como um dado factual ineliminável”. (NETTO, 2017, p. 409).

uma postura “moderna” – no sentido de compatibilização do seu desempenho com as normas, fluxos, rotinas e finalidades dominantes daquela racionalidade do modelo de “modernidade conservadora” (NETTO, 2011).

Dessa erosão do tradicionalismo, o movimento de reconceituação surge para questionar toda a prática profissional, tanto os insumos científicos dos quais se valiam a profissão, quanto o deslocamento sociopolítico e a suposta neutralidade profissional. Tal fluxo, impulsionado por toda a efervescência política, cultural, social e econômica, implicou a construção de um pluralismo profissional. Trazia novos conceitos e interpretações para a prática profissional, propondo novas bases teórico-metodológicas e ético-políticas. O objetivo central desse movimento, segundo Netto (2011, p. 146) “[...] é a funcionalidade profissional na superação do subdesenvolvimento”. Além disso, pretendia construir um Serviço Social essencialmente latino-americano, respeitando as particularidades da formação socio-histórica do continente. Outra influência, deu-se pelo processo de laicização que tinha dois principais pontos constitutivos: I) a diferenciação da categoria profissional em todos seus níveis e II) a disputa pela hegemonia do processo profissional (NETTO, 2011, p. 128).

Outro fator importante para a renovação do Serviço Social foi a inserção profissional no meio acadêmico, articulado ao processo de mudanças na elaboração teórica da formação, servindo assim para *gestar uma massa crítica* na profissão. O movimento estudantil também contribuiu para a corrosão da prática tradicional dentro da profissão, pelo seu caráter contestador, dinamizando o movimento dentro dos espaços de formação e atraindo os estratos de docentes para a discussão. A reconceituação teve seu marco inicial em 1965, durante o *I Seminário Regional Latino-Americano de Serviço Social*, realizado em Porto Alegre. Dentre alguns temas discutidos, os núcleos temáticos que tiveram maior destaque foram aprofundados pela “vertente modernizadora” (NETTO, 2011). Tal vertente foi a primeira expressão do movimento de renovação do Serviço Social no Brasil, e tem sua afirmação nos resultados do primeiro *Seminário de Teorização do Serviço Social* em Araxá – MG (1967) e no segundo de Teresópolis – RJ (1970), ambos promovidos pelo *Centro Brasileiro de Cooperação e Intercâmbio de Serviço Social* (CBCISS). Os documentos finais desses seminários mostravam

[...] a consolidação modelar da tentativa de adequar as (auto)representações profissionais do Serviço Social as tendências sociopolíticas que a ditadura tornou dominantes e que não se punham como objeto de questionamento substantivo pelos protagonistas que concorreram na sua elaboração (NETTO, 2011, p.164-165).

Contudo, a partir da segunda metade da década de setenta, se observa certo desgaste no debate dessa vertente, principalmente nas instâncias/agências profissionais, que antes se configuravam como principal forma de divulgação de suas ideias. Agora, a perspectiva modernizadora disputava seus espaços e hegemonia com outras vertentes renovadoras. Tal fenômeno fica evidente durante os seminários de Sumaré – RJ e do Alto da Boa Vista – RJ, em 1978 e 1984 respectivamente. Dos seminários de teorização, é no de Sumaré, ocorrido em 1978, que se evidenciará referências ao pensamento marxista: o contexto político exigiu dos organizadores a incorporação de reflexões relativas a vertente da fenomenologia e a crítica-dialética. Nesse episódio, surgem as remissões ao pensamento de Gramsci, e foi Creusa Capalbo que explorou esses temas na conferência *Considerações sobre o pensamento dialético em nossos dias*, publicado em Capalbo (1986). Nessa reflexão, a autora apresenta a questão do método dialético e considerações sobre Estado, hegemonia, intelectuais e bloco histórico segundo Gramsci. Além do texto de Sumaré, em 1979 Capalbo publica um documento pelo CBCISS chamado *Correntes filosóficas contemporâneas e suas implicações no trabalho do Serviço Social* (CAPALBO, 1979), onde retoma essas discussões.

Outra perspectiva que surge com o processo de renovação do Serviço Social, e possui uma análise crítica da profissão, é a vertente de “intenção de ruptura” com o Serviço Social tradicional (NETTO, 2011). Tal perspectiva se expressa primeiramente na experiência da Escola de Serviço Social da Universidade Católica de Minas Gerais, e tem sua primeira fase durante os anos 1972-1975, através da formulação do “Método BH”. A capital mineira, nessa época, era um “caldeirão” de disputas, haviam grupos reacionários que apoiaram e financiaram o golpe de abril, contudo se encontravam movimentos sindicais e estudantis que se opunham ao regime. Os grupos de jovens profissionais, pioneiros na introdução desse projeto, usufruíram de um direcionamento intelectual significativo em sua formação, dispendo de intelectuais do Serviço Social como Leila Lima Santos e Ana Maria Quiroga. Apesar de seu avanço, em termos teórico-metodológicos, o “Método BH” gerou controvérsias, autores como José Paulo Netto e Marilda Iamamoto questionam as interpretações de conceitos da tradição marxista, muito marcadas pela influência estruturalista althusseriana – algo que Quiroga (1991) identificou como manifestação da “invasão as ocultadas do positivismo no marxismo”. Contudo, a importância desse projeto não pode ser descartada, sendo este um momento de abertura no processo de renovação do Serviço Social – embora aí

ainda não se incluisse Gramsci como um referencial teórico o debate dentro da “intenção de ruptura”.

Em 1975, esses protagonistas da “intenção de ruptura” sofreram um duro golpe, seus principais líderes foram demitidos das universidades, interrompendo o processo de desenvolvimento da crítica do tradicionalismo profissional. Todavia, o que parecia o fim do projeto se mostrou, de fato, uma recuperação, agora pautada por novas bases. Tal modificação da vertente da “intenção de ruptura” deu-se por um caminho estritamente acadêmico, o qual oferecia uma estrutura favorável para as pesquisas e debates. Contraditoriamente, estrutura essa que a própria ditadura adotou em sua política educacional, em especial com a ampliação de pós-graduações. Isso demarca a *segunda fase* dessa vertente renovadora, agora ampliada para os centros universitários nas cidades de São Paulo e Rio de Janeiro, e aonde “[...] vai se gestando uma *massa crítica* cujo desdobramento repõe na ordem do dia a crítica substantiva ao tradicionalismo profissional” (NETTO, 2011, p.264).

Numa entrevista à Revista *Em Pauta*, acerca de uma de suas obras mais conhecidas, o livro *Relações Sociais e Serviço Social no Brasil - Esboço de uma interpretação histórico-metodológica*, Marilda Villela Iamamoto (CÉSAR e CARDOSO, 2015, p. 226) detalha o contexto da América Latina durante o processo de renovação do Serviço Social – em particular na perspectiva de ruptura e a incorporação de autores marxistas ao debate. Segundo a autora, a *Asociación Latinoamericana de Trabajo Social* (ALAETS) e seu organismo acadêmico *Centro Latinoamericano de Trabajo Social* (CELATS), foram de grande importância para a elaboração do pensamento crítico no Serviço Social latino-americano “[...] vinculado aos interesses das maiorias, quando a pós-graduação e a pesquisa davam seus primeiros passos nessa área” e “[...] contribuíram para o fortalecimento da organização acadêmica profissional no marco continental, assim como na construção da fraternidade dos povos latino-americanos no embate com as ditaduras militares e o imperialismo” (IAMAMOTO apud CÉSAR e CARDOSO, 2015, p. 226).

Iamamoto entra no CELATS em 1978, a convite de Leila Lima Santos, então diretora da unidade, e seu primeiro projeto é uma pesquisa sobre a história do Serviço Social na América Latina, coordenado por Manuel Manrique Castro. Tal projeto resultou no relatório em *Hacia El estudio dela História Del Trabajo Social em América Latina* publicada pelo CELATS, em 1979 (CASTRO, 1979). Gramsci, no entanto, não é apropriado como referência principal nas discussões do conjunto

ALAETS-CELATS. Contudo, nesse projeto, se encontram outro polo por onde ocorreram as primeiras citações de Gramsci no Serviço Social. Algumas delas, observadas durante o *Simpósio de Playas*, promovido pelo CELATS em Guayaquil – Ecuador, em outubro de 1978. Os debates do Simpósio foram publicados na Revista *Acción Crítica* nº 5, abril 1979. Ali, Gramsci surge citado em dois artigos: *Política Social: algunos problemas levantados em el Simposio de Playas* (CELATS, 1979) e *Estado, Política Social y Trabajo Social en América Latina* (SANTOS, et. al. 1979), de Leila Lima Santos, Jorge Parodi, Carlos Urrutia e Walter Tesch. O projeto do CELATS resultou em duas obras onde se encontram referências a categorias gramscianas: o estudo sobre a história do Serviço Social latino-americano, de Manuel Manrique Castro, registrado no livro *História do Serviço Social na América Latina* (CASTRO, 2000), publicado em 1982 no Peru; e o trabalho conduzido por Marilda Iamamoto, junto com Raul de Carvalho, que resultou no livro *Relações sociais e serviço social no Brasil*, também publicado em 1982 (IAMAMOTO e CARVALHO, 2014).

No Brasil, a apropriação de Gramsci no Serviço Social foi intensa no universo das pós-graduações. Gramsci foi utilizado, inicialmente, para pensar a atuação do assistente social como “intelectual orgânico” balizado pelo compromisso com as classes subalternas. Esse eixo de reflexão, nem sempre inspirada a uma leitura precisa e sistemática dos *Cadernos do Cárcere*, foi, muitas vezes, utilizada para reeditar certas tendências missionárias do assistente social em face dos segmentos pauperizados da população (ver SILVA, 1991). Duas contribuições que permitiram um reexame dos aportes teóricos e práticos do assistente social, condutos por onde se localiza algumas das primeiras assimilações de Gramsci no Serviço Social, ocorreram a partir do grupo de estudos orientado pela professora Miriam Limoeiro Cardoso da PUC-RJ, e as reflexões de Vicente de Paula Faleiros, principalmente o livro de 1981 que apresenta algumas das referências iniciais ao debate de Gramsci na produção do Serviço Social, *Metodologia e Ideologia do Trabalho Social* (FALEIROS, 2011).

A difusão de Gramsci no Serviço Social brasileiro extrapola, porém, as reflexões de Faleiros, constituindo objeto de estudos de Safira Ammann, entre 1973-1976. A inserção de Ammann no debate foi durante sua participação no curso de Mestrado em Sociologia da Universidade de Brasília. Seu interesse pelo marxismo existia desde a década de 1960, já no início da vida acadêmica e no engajamento em movimentos cristão de esquerda (JUC, MEB, AP). Embora somente numa estada em Paris, em 1969, por causa da repressão da ditadura, ela teve possibilidades de

aprofundar seus conhecimentos teóricos no marxismo. Foi com o ingresso no mestrado, e por intermédio da professora Barbara Freirag Rouanet, que ocorreram as primeiras aproximações à obra gramsciana (SIMIONATTO, 1999). Por volta de 1976, relata que, juntamente com Aldayr Brasil Barthy, passou a discutir as obras do pensador italiano. Utilizando as bases interpretativas deste, ela elaborou sua tese de livre docência *Ideologia do Desenvolvimento de Comunidade no Brasil* (AMMANN, 2013), concluído em 1979, publicado em 1980, realizando uma exaustiva análise do Desenvolvimento de Comunidade na realidade brasileira e as formas de interseção do Assistente Social nessa modalidade de prática profissional, marcando com as classes fundamentais.

Como mencionado, a aproximação de Gramsci no Serviço Social também teve como polo decisivo as produções acadêmicas do curso de mestrado da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, com Miriam Limoeiro Cardoso. O grupo orquestrado pela professora era composto por Josefa Batista Lopes, Maria de Guadalupe Silva, Gelba Cavalcanti Cerqueira, Zulma Maria Lima de Souza, Alba Maria Pinho de Carvalho, além de duas não orientandas, mas com eixo de reflexão comum, Maria Helena de Almeida Lima e Rose Mary Serra. Em Simionatto (1999, p. 192), vê-se que Cardoso ingressa na PUC-RJ em 1969, após seu retorno dos Estados Unidos, onde concluiu o curso de mestrado e, em 1972, defende sua tese na Universidade de São Paulo, com o tema da dominação ideológica, baseando-se teoricamente em Althusser, com algumas impregnações gramscianas. Foi professora do Departamento de Sociologia, cujas disciplinas oferecidas começaram a receber alunos do Serviço Social e, assim, começou a ser requisitada para orientar dissertações acadêmicas.

Nos cursos que Cardoso ministrava sobre metodologia, não havia um estudo específico, nem sobre Marx, nem sobre Gramsci. O conhecimento do pensamento gramsciano ocorreu, inicialmente, pelas indicações do próprio Althusser, que subsidiava, na época, as discussões oriundas do movimento de reconceituação. Não se verificou, nesse período, um estudo da fonte marxiana para posteriormente chegar-se ao pensamento de Gramsci. A grande inquietação do grupo passava pela necessidade de compreender o movimento de reconceituação, e buscar aportes técnicos para pensar a profissão.

Alguns dos trabalhos orientados por Cardoso, onde se observa uma apropriação de Gramsci, foi a dissertação de Josefa Batista Lopes, que resultou no livro *Objeto e especialidade do Serviço Social* (LOPES, 1979). Ela apresenta um estudo sobre o processo de construção do objeto do Serviço Social Latino-Americano, surgido

no período da reconceituação. O referencial gramsciano aparece apenas de modo subjacente, na discussão da relação teoria-prática. Além disso, tem-se a dissertação de Maria de Guadalupe Silva, *Perspectiva ideológica do movimento de reconceituação do Serviço Social latino-americano*, que posteriormente foi editada como livro com o título *Ideologia e Serviço Social: reconceituação latino-americana* (SILVA, 1982). Este trabalho faz uma análise crítica dos principais estudos latino-americanos do movimento de reconceituação, identificando as implicações ideológicas e epistemológicas que influenciaram suas elaborações teóricas. Quando analisa as abordagens das noções de ideologia e hegemonia, busca aporte teórico em Gramsci para proceder a uma análise da problemática ideológica do Serviço Social, tomando como base o Movimento de Reconceituação. O suporte teórico da autora centra-se nas formulações de Gramsci e Althusser, com um procedimento analítico a luz do método proposto por Cardoso.

As dissertações de Maria Helena de Almeida, *Serviço Social e Sociedade brasileira* (ALMEIDA, 1982) e de Rose Mary Souza Serra, *A prática institucionalizada do Serviço Social: determinações e possibilidades* (SERRA, 1982), não foram orientadas por Cardoso, porém fizeram parte e foram fruto do grupo de mestrados da PUC-RJ. A primeira investigação analisa o Movimento de Reconceituação, voltando-se para as particularidades desse processo na realidade brasileira. A segunda discute a instituição como espaço do agir profissional, subestimado no primeiro momento da reconceituação. As duas apoiam-se teoricamente no pensamento de Gramsci, a partir de algumas categorias centrais como Estado, intelectual orgânico, bloco histórico e hegemonia. Almeida recorre com maior intensidade às fontes gramscianas e Serra recorre a interpretes como Hugues Portelli, Maria Antonieta Macciochi e Cristine Buciu-Gluksmann.

Alba Pinho de Carvalho, por sua vez, ingressou no mesmo Mestrado polemizando com a linha modernizadora e psico-social, com base no debate latino-americano de Ander-Egg, Boris Alexs de Lima, Leila Lima Santos, Natalio Kisnerman. Ela afirma que não havia nenhuma produção sistematizada sobre o pensamento de Gramsci. Diz que foi de fundamental importância a participação de Cardoso, Vilmar do Valle Barbosa e Eduardo Jardim, que, a partir de recortes variados do pensamento de Gramsci, permitiram avanços no debate. Mas o destaque era Cardoso, que teve papel decisivo na formação profissional na perspectiva gramsciana para enfrentar a fenomenologia. Seu estudo foi posteriormente publicado no livro *A Questão da transformação e o trabalho social: Uma análise gramsciana* (CARVALHO, 1983).

Outro polo de estudo do pensamento gramsciano foi desenvolvido na Escola de Serviço Social da Universidade Federal do Maranhão, a partir de um debate, no final dos anos 1970, constituído por Franci Gomes Cardoso, Marina Maciel Abreu, Josefa Batista Lopes, Maria Aparecida Fernandes, Edna Brito Ribeiro e, posteriormente, Alba M. Pinho de Carvalho. Essa busca de uma nova proposta teórica contará com também com a participação Cardoso, a partir dos vínculos já estabelecidos pelo mestrado da PUC-RJ. A questão que mobilizava o grupo relacionava-se com a busca de um aporte teórico para pensar a metodologia da prática profissional. Ou seja, se colocavam questões como: “Se o método marxiano se voltava a interpretação da realidade, como delinear a prática interventiva do Serviço Social? Como seria possível construir para a superação do pragmatismo e praticismo que marcavam as ações do Serviço Social?” (CARSO apud SIMIONATTO, 1999, p. 202). É no âmbito dessas preocupações que o grupo recorre a Gramsci, entendendo-o como um pensador do campo marxista que possibilita pensar o encaminhamento de uma prática política e pedagógica, portanto uma *práxis social* voltada para a luta pela hegemonia na sociedade, no qual o Serviço Social, enquanto prática profissional, tem um papel a desempenhar.

O contato do grupo do Maranhão com Gramsci ocorre mais pelo debate instaurado no interior da academia do que propriamente através de Cardoso. O retorno de Josefa Batista e Alba Pinho, após a conclusão do mestrado da PUC-RJ, foi fundamental para o grupo, quando os estudos passaram a ser socializados no debate já em andamento. Desse contato, surge o texto *Metodologia do Serviço Social: a práxis como base conceitual*, de Maciel e Cardoso (1989). Também se encontrará a presença das ideias de Gramsci juntos aos cursos de pós-graduação em Serviço Social na PUC-SP. As primeiras discussões emergem a partir das disciplinas ministradas por Demerval Simiani, Evaldo Amaro Vieira, Octavio Ianni e Nobuco Kameyama. Em 1978, Evaldo Vieira orientou a primeira dissertação com suporte teórico gramsciano. Principalmente, se expressa, no início, no trabalho de Maria da Conceição Vasconcelos Gonçalves *As representações sobre a prática escolar do Serviço Social: um estudo exploratório*, defendido em 1978 (GONÇALVES, 1978). A pesquisadora utiliza interpretes de Gramsci, como Hugues Portelli e Jean-Mou Piote, e, de forma direta, apenas menciona a edição temática dos *Caderno do Cárcere*, intitulado *Os intelectuais e a organização da cultura* (GRAMSCI, 1987). Uma discussão é realizada, ainda que de modo superficial, sobre sociedade política, sociedade civil, Estado, hegemonia e intelectuais (SIMIONATTO, 1999).

4. Considerações Finais

A importância de Gramsci na construção teórico-crítica do Serviço Social latino-americano foi decisiva. Como visto, o ciclo ditatorial, mesmo promovendo, em seu início, uma contenção e perseguição das bases teórico-políticas progressistas, não conseguiu impedir este movimento definitivamente. A insatisfação popular nos anos finais do regime deu estímulo a mudança teórico-política do Serviço Social. Com o desgaste das bases metodológicas e teóricas do Serviço Social tradicional, foi necessário buscar respostas por outras vias, o que fez surgir as vertentes modernizadora e de ruptura com o tradicionalismo. Essas vertentes, apesar da contradição de suas perspectivas teórico-ideológicas, assimilaram, em determinado momento, Gramsci em suas formulações, e o usaram como base para pensar novos moldes da profissão. Algo apenas explicável tendo em vista o quadro das contradições econômicas e políticas da crise da ditadura.

Ao mesmo tempo, isso é uma demonstração da diversidade teórico-política dos polos que incorporaram Gramsci no quadro teórico do Serviço Social. É bastante provável que, em muitos casos, a aproximação ao autor dos *Cadernos do Cárcere* ocorria sem contato mútuo, marcando-se por certo paralelismo – algo, em alguma medida, explicado pela pulverização mesma que a ditadura promoveu nas forças teórico-políticas tendentes àquela assimilação. Apesar da tendência do estudo de Sionatto (1999) em fornecer certo pioneirismo a obra Vicente de Paula Faleiros na trajetória de assimilação de Gramsci no Serviço Social. Nossa análise mostra que os escritos carcerários só aparecem de maneira significativa, com algum grau de sistematização e significado teórico, no texto de Faleiros, a partir dos anos 1980, quando uma variedade de interlocutores, ao mesmo tempo, iniciava a incursão ao pensador italiano para pensar o Serviço Social. Isso mostra como a assimilação de Gramsci no Serviço Social foi marcada por um policentrismo.

Referências

ALMEIDA, M. H. de. **Serviço Social e Sociedade brasileira**. Rio de Janeiro, 1982. Tese (Doutorado em Serviço Social) – Pontifícia Universidade do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1982.

AMANN, S. B. **Ideologia do Desenvolvimento de Comunidade no Brasil**. Niterói, 1979. 229f. Tese (Doutorado em Serviço Social) – Universidade Federal de Niterói, Niterói, 1979.

_____. **Ideologia do Desenvolvimento de Comunidade no Brasil**. 12a ed. São Paulo: Cortez, 2013.

CAPALBO, C. Correntes filosóficas contemporâneas e suas implicações no trabalho do Serviço Social. **Cadernos da Série Verde** (Coleção Temas Sociais), CBCISS, Rio de Janeiro, v. 12, nº 147, 1979.

_____. Considerações sobre o pensamento dialético em nossos dias (conferência). In: CBCISS. **Teorização do Serviço Social**. 2ª ed. Rio de Janeiro: Agir, 1986. p. 209-216.

CARVALHO, A. P de. **A Questão da transformação e o trabalho social: Uma análise gramsciana**. São Paulo: Cortez, 1983.

CASTRO, M. M. Hacia el estudio de la historia del trabajo social em América Latina. **Acción Crítica**, Peru, n. 5, p. 1-24, abril, 1979.

_____. **História do Serviço Social na América Latina**. 5a ed. São Paulo: Cortez, 2000.

CENTRO LATINOAMERICANO DE TRABAJO SOCIAL (CELATS). Política Social: algunos problemas levantados em el Simpósio de Playas. **Acción Crítica**, n. 5, p. 1-5, abril, 1979.

CÉSAR, M. de J e CARDOSO, I. C. da C. Revisitando um clássico da interlocução do Serviço Social com a tradição marxista. **Em Pauta**. v. 13, n. 35, p. 225-247, 2015.

IAMAMOTO, M. V. **Legitimidade e Crise do Serviço Social**. São Paulo, 1982. Dissertação (Mestrado em Sociologia Rural) - Universidade de São Paulo, Piracicaba, 1982.

_____ e CARVALHO, R de. **Relações Sociais e Serviço Social no Brasil**. 41a ed. São Paulo: Cortez, 2014.

FALEIROS, V. de P. **Trabajo Social: Ideologia y Método**. Buenos Aires: ECRO, 1972.

_____. **Metodologia e ideologia do trabalho social: crítica ao funcionalismo**. 12a ed. São Paulo: Cortez, 2011.

GONÇALVES, M. da C. V. **As representações sobre a prática escolar do Serviço Social: um estudo exploratório**. São Paulo, 1979. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 1978.

GRAMSCI, A. **Os intelectuais e a organização da cultura**. 5a ed. Trad. Carlos Nelson Coutinho. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1987.

LOPES, J. B. **Objeto e especificidade do Serviço Social**: o pensamento latino americano. São Paulo: Cortez, 1979.

MACIEL, M. e CARDOSO, F. G. Metodologia do Serviço Social - a práxis como base conceitual. **Cadernos ABESS - A Metodologia do Serviço Social**, São Paulo: Cortez, n. 3, p. 162-181, março, 1989.

NETTO, J. P. A crítica conservadora à reconceituação. In: BRAZ, Marcelo (Org.) **José Paulo Netto. Ensaio de um marxista sem repouso**. São Paulo: Cortez, 2017. p. 281-296.

_____. **Ditadura e Serviço Social**: Uma análise do Serviço Social no Brasil pós-64. 16. ed. São Paulo: Cortez, 2011.

_____. **Pequena História da Ditadura Brasileira (1964-1985)**. São Paulo: Cortez, 2014.

QUIROGA, C. **Invasão positivista no marxismo**: manifestações no ensino da Metodologia no Serviço Social. São Paulo: Cortez, 1991.

SANTOS, L. L. **Textos de Serviço Social**. São Paulo: Cortez, 1982

SANTOS, L. L.; PARODI, J; URRUTIA, C; TESCH, W. Estado, Política Social y Trabajo Social en América Latina. **Acción Crítica**, n. 5, p. 1-17, abril, 1979.

SERRA, R. M. S. **A prática institucionalizada do Serviço Social**: determinações e possibilidades. São Paulo: Cortez, 1982.

SILVA, L. M. M. R. de. **Aproximação do Serviço Social a tradição marxista**: caminhos e descaminhos. 1991. 456f. Tese (Doutorado em Serviço Social) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 1991.

SILVA, M. G. **Ideologia e Serviço Social**: reconceituação latino-americana. São Paulo: Cortez, 1982.

SIMIONATTO, I. **Gramsci**: sua teoria, incidência no Brasil, influência no Serviço Social. 2a ed. Florianópolis: Ed. Da UFSC; São Paulo: Cortez, 1999.

Anais do 7º Encontro Internacional de Política social e 14º Encontro Nacional de Política Social - ISSN 2175-098X